

O TERMO: QUESTIONAMENTOS E CONFIGURAÇÕES

*Maria da Graça Krieger**

RESUMO: A exposição objetivou apresentar um panorama da problemática do termo, que é o objeto primordial da Terminologia. Para tanto, são salientados os principais aspectos envolvidos nos estudos, conceituação, identificação e funcionamento das unidades lexicais especializadas. É também destacada a importância das novas teorias de Terminologia que, diferentemente dos primeiros fundamentos terminológicos, de natureza prescritiva, compreendem o termo como uma unidade lingüístico-pragmática com todas as implicações daí decorrentes. É ainda enfatizado o papel das teorias do texto e do discurso, incluindo-se a semiótica francesa, para o avanço da Terminologia, bem como para dar conta das diferentes configurações que as terminologias assumem em distintos universos de discurso. São também referidas algumas pesquisas sobre o termo, desenvolvidas no Brasil e na Argentina, à luz dos novos aportes teóricos e epistemológicos.

UNITERMOS: terminologia; unidade lexical especializada; unidade lingüística; configuração terminológica; texto; universo de discurso.

RESUMEN: *La exposición tuvo el objetivo de presentar un panorama de la problemática del término, que es el objeto fundamental de la terminología. Para ello, se ha resaltado los principales aspectos referentes a los estudios, conceptualización, identificación y funcionamiento de las unidades léxicas especializadas. Se ha destacado aún la importancia*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

de las nuevas teorías de la Terminología que, distintamente de los primeros fundamentos terminológicos, de naturaleza prescriptiva, entienden el término como unidad lingüístico-pragmática con todas las implicaciones que eso presupone. Asimismo, se ha dado énfasis *al papel de las teorías de texto y de discurso, incluyéndose la semiótica francesa, para el avance de la Terminología, así como para dar cuenta de las diversas configuraciones que las terminologías asumen en distintos universos de discurso. También se ha mencionado algunas investigaciones sobre el término, desarrolladas en Brasil y en Argentina, a la luz de nuevas aportaciones teóricas y epistemológicas.*

PALABRAS-CLAVE: *terminología; unidad lexical especializada; unidad lingüística; configuración terminológica; texto; universo de discurso.*

Preliminares

O tema sobre o qual me propus a discorrer tem por objeto central o termo, unidade lexical básica da Terminologia. Trata-se de uma entidade complexa, cujo reconhecimento consiste numa das mais difíceis tarefas do trabalho terminográfico. Conseqüentemente, é um dos pontos nevrálgicos das aplicações terminológicas, bem como dos estudos teóricos de Terminologia. Entender o termo é, de certa forma, entender o sentido maior desta área de conhecimento.

Esta é uma exposição norteada pela idéia de traçar um panorama dos principais pontos de vista relativos à problemática dos termos. Como este panorama não tem pretensão de exaustividade, deve ser entendido como uma tentativa de sistematizar uma série de aspectos que envolvem a conceituação, identificação, funcionamento e as diferentes configurações que os termos apresentam.

Por outro lado, a relevância desse tema relaciona-se à necessidade de aprofundarmos a reflexão sobre a unidade lexical básica da Terminologia, de modo a contribuir para o avanço dos estudos descritivos sobre os itens terminológicos, especialmente

no momento em que estão sendo estabelecidas as bases de uma nova teoria da Terminologia que privilegia os aspectos comunicativos da linguagem em detrimento das proposições prescritivas e normalizadoras da clássica Teoria Geral da Terminologia (TGT).

Cabe-nos, portanto, avaliar as repercussões desse novo posicionamento no que se refere à compreensão sobre o comportamento das terminologias, considerando ainda que já há resultados concretos de pesquisas realizadas nessa nova direção.

Ao mesmo tempo, abordar a problemática do termo é também uma escolha motivada pela crença na importância de que se efetivem estudos comparativos sobre as configurações terminológicas, tendo em vista a amplitude de campos do conhecimento científico, técnico e tecnológico que, cada vez mais, comportam terminologias.

No entanto, abordagens comparativas só trazem resultados quando não se resumem a um exercício lúdico de comparativismo, mas quando há um paradigma com valor de um *tertius comparationis*. Dessa forma, torna-se possível apreender, de modo mais fundamentado, os elementos constitutivos do objeto analisado quer em sua configuração genérica, quer ainda no que diz respeito às especificidades próprias de cada área especializada.

Complementarmente, mas não menos importante, é a consideração de que reflexões sobre o termo fundamentam orientações metodológicas para a produção de instrumentos terminográficos. Nesse sentido, a tentativa de identificar a natureza, bem como descrever a estrutura e o funcionamento dessas unidades são estudos que devem contribuir tanto para o estabelecimento do quadro de princípios definidores do estatuto terminológico de um item lexical quanto para o equacionamento de critérios e procedimentos metodológicos da tarefa terminográfica.

Todas essas considerações preliminares já evidenciam que tomar o termo como objeto de estudo pressupõe um amplo trabalho em razão da amplitude das áreas de conhecimento que produzem terminologias e da complexidade e pluralidade de problemas que o componente lexical dos sistemas lingüísticos atualiza.

Em face disso, pode-se lembrar que teorias lexicais têm por base uma imagem do componente lexical das línguas, posto que *“o léxico, enquanto objeto não é senão uma visão”*, de acordo com Alain Rey (1977, p.7), que afirma ainda que o léxico dos lingüistas é algo abstrato, concebido idealmente.

A Terminologia, no entanto, está assumindo um posicionamento essencial: as reflexões se desenvolvem tendo por base um cenário concreto, um objeto empírico de análise. Vale dizer, avançamos no sentido do exame do funcionamento das unidades terminológicas, considerando suas realizações concretas, isto é, suas ocorrências no contexto das comunicações especializadas, cristalizadas nos textos dos especialistas.

Com esse novo posicionamento teórico e metodológico, que representa inegavelmente condições favoráveis ao avanço da Terminologia, este campo de estudos deixou de fundamentar seus princípios com base numa *“imagem de léxico”*. Mais ainda, as pesquisas terminológicas têm à sua disposição obras de referência temática, nas quais os termos, mesmo ao serem dicionarizados, não sofrem processos de lematização, como os do léxico geral. Com isso, as aplicações já realizadas constituem-se também em instrumentos privilegiados para o exame da constituição das terminologias.

Assim, os estudos de terminologia, por se instituírem com base num recorte específico – o léxico temático – e pelo privilégio atribuído, atualmente, ao exame dos termos no contexto de suas ocorrências comunicacionais, estão oferecendo significativos aportes teóricos e metodológicos para uma melhor compreensão de seu objeto primordial. Paralelamente, revelam-se capazes de contribuir para uma descrição consubstanciada do funcionamento da linguagem nas suas mais variadas latitudes, incluindo as chamadas linguagens de especialidade, que por longo tempo, estiveram alijadas das pesquisas de natureza lingüística. Com esta concepção que descarta modelos ideais de léxico, situo o ponto de vista teórico que fundamenta e orienta as reflexões aqui apresentadas.

Em conseqüência, o propósito de traçar um panorama sobre problemas e questionamentos a respeito do termo implica obri-

gatoriamente estabelecer uma relação com o processo de revisão crítica que a teoria da Terminologia está sofrendo nos tempos atuais. Em realidade, assistimos ao surgimento de posições controversas quanto à natureza constitutiva e ao tratamento dos léxicos terminológicos.

No bojo desse antagonismo, situa-se o processo de reavaliação que esta área de conhecimento está sofrendo. Mais exatamente, na década dos anos 90 do século XX, articula-se uma profunda revisão crítica dos fundamentos teóricos e epistemológicos originais da Terminologia, os quais se alicerçam numa visão idealizada e normalizadora do componente lexical temático das línguas. Esta visão caracteriza as proposições de Eugen Wüster, que estabelece os fundamentos básicos da TGT e dá origem à chamada Escola de Viena (1998).

Para esse redimensionamento, são importantes as investigações de lingüistas, destacando-se os pressupostos e princípios da sociolingüística, que influenciam o surgimento da socioterminologia. Há também significativas contribuições advindas da Inteligência Artificial que motivam a Terminologia a avançar na perspectiva de estudos descritivos, clamando, em última instância, pela valorização da dimensão comunicativa do componente lexical especializado, evocando a relevância dos aspectos lingüísticos, textuais e pragmáticos que a identificação das terminologias envolve.

Em síntese, todas essas novas visões, pertinentemente, apresentam críticas à insuficiência da Teoria Geral da Terminologia para tratar da problemática dos léxicos temáticos. Nesse sentido, reitero que essa revisão crítica, desenvolvida de modo sistemático, pioneiramente, foi levada a efeito por Maria Teresa Cabré e o grupo de pesquisadores do Instituto de Lingüística Aplicada, da Universidade Pompeu Fabra, responsáveis pela formulação da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) (Cabré, Freixa, Lorente, Tebé, 1998).

Mesmo sem pretender avançar na especificidade das novas proposições, cabe registrar que a revisão a que os enfoques lingüísticos estão submetendo tanto a teoria quanto as aplicações terminológicas normalizadoras pode ser situada na tensão de duas

concepções antagônicas sobre a constituição e a natureza das terminologias: de um lado, reside a idéia de que os termos, em detrimento de sua feição lingüística, são unidades de conhecimento; de outro, a compreensão de que, acima de tudo, as terminologias são unidades lexicais, e como tais, componentes naturais dos sistemas lingüísticos.

Situado este contexto preliminar, inicio esta reflexão por uma problemática aparentemente muito simples, que se refere a problemas designativos, ou seja, à diversidade de formas pelas quais a unidade lexical básica da terminologia é denominada ou referenciada. Nas comunicações especializadas da área, encontramos uma terminologia, cujo quadro, em grandes linhas pode ser assim resumido: *termo técnico-científico, termo, terminologias, unidade lexical terminológica, unidade lexical especializada, unidade lexical temática, vocabulário.*

É preciso deixar claro que o arrolamento desse conjunto de “palavras da língua” não foi composto tendo em vista seu nível conceitual, que sem dúvida comporta pontos de vista diferenciados sobre a natureza dessas unidades, como, por exemplo, termo, compreendido enquanto unidade de conhecimento, unidade de compreensão ou de significação especializada.

Ao contrário, trata-se, muito simplesmente, de relacionar diferentes formas sintagmáticas coexistentes nas comunicações da área, tomadas exclusivamente como designações diferenciadas de um mesmo item lexical. Em realidade, esse quadro constitui um campo lexical que reflete variação e sinonímia, fenômenos naturais na linguagem. Ao reconhecer essa naturalidade, quero enfatizar que a idéia não é de padronizar, conforme o espírito prescritivo da escola clássica de Terminologia, cujo fim último é o controle, ou a ilusão do controle de vocabulários pela recomendação de um termo a ser adotado por todos os especialistas da área.

Com esse quadro de diversidades designativas, tento chamar atenção para uma forma denominativa que considero como uma sombra que prejudica a compreensão nítida da natureza mesma de uma unidade lexical especializada. Refiro-me ao sintagma “técnico-científico” questionando a propriedade ou não de o empre-

garmos no âmbito da própria Terminologia. Mais exatamente, o problema situa-se sobre o sentido de “termo técnico-científico”.

O questionamento sobre a utilização do sintagma “termo técnico-científico”, com frequência, atualiza a consideração de que se trata de uma expressão redundante, como se um pleonasma fosse. Isso justificaria o emprego da forma reduzida “termo”, pressupondo-se logicamente que se está a tratar de termos técnico-científicos. Entretanto, mais do que o princípio de economia da língua, importa questionar a adequação de reunir elementos com propriedades díspares que não formam um todo de sentido pertinente. Tanto assim é, que um Dicionário, como o Aurélio, não registra este termo composto, “técnico-científico”, mas apenas “técnico”, conforme se lê:

Técnico (Do gr. *technikós*, relativo à arte, pelo latim *technicu*)
Adj. Peculiar a uma determinada arte, ofício, profissão ou ciência: *termo técnico*. (Ferreira, 1986)

Além disso, é importante considerar que termos técnicos assumem um valor operacional de termos especializados, independentemente da natureza da área em que se encontram terminologias próprias. A proposição de compreender as terminologias como unidades lexicais técnicas, correspondendo ao sentido de unidades especializadas, está intimamente relacionada à constatação de que se constituem terminologias não apenas nas áreas científicas, o que justificaria o emprego de científico, mas também em outros campos que produzem conhecimentos específicos e, nessa medida, técnicos, como os das artes, da indústria, da tecnologia, entre tantas outras realidades. Deste modo, o termo técnico, pode ser compreendido como uma expressão que recobre o uso de um vocabulário de natureza científica, mas não o contrário.

Essa dualidade, técnico-científico, certamente nasceu no seio da TGT, que privilegiou os campos técnicos, alinhando-se, nesse contexto, à própria tese de Wüster, *The machine tool*, centrada na reflexão de uma terminologia técnica.

Após essa observação genérica, importa, agora, a pergunta essencial: o que é o termo? Tentar responder a essa pergunta, nada simples, perpassa uma série de aspectos relacionados, em primeiro plano, à concepção sobre a natureza do termo. Assim, ao lado do reconhecimento unânime de que se trata da unidade lexical especializada, a gênese da terminologia está intimamente vinculada à sua função primordial de expressar o conhecimento de caráter científico, técnico e tecnológico. Este é o papel primeiro do componente lexical temático das línguas, cuja missão paralela é a transferência do conhecimento veiculado pela comunicação humana.

Para ilustrar o papel das terminologias na representação do conhecimento, retomo Benveniste:

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência. (Benveniste, 1989, p.252)

Embora não restritas ao domínio científico, as chamadas comunicações especializadas, expressas nos textos e nos discursos de especialistas nas mais diversas áreas do saber científico e tecnológico, caracterizam-se pela forte articulação do componente lexical que, por força de especificidades temáticas, constitui-se em importante recurso para a precisão conceitual.

Tal precisão é uma condição necessária a um eficiente intercâmbio comunicacional entre especialistas dos diferentes ramos do conhecimento. Assim, a busca de univocidade explica o uso recorrente das terminologias nas linguagens especializadas. Isso deve-se, em muito, ao próprio caráter dos termos, considerados como ideais de expressão de monorreferencialidade, de monosemia e de exclusividade denominativa.

Todas essas características, aliadas à importância do processo denominativo nas atividades de conceptualização explicam, em muito, o papel das terminologias na fixação e na circulação do saber científico e técnico. Onde, o sentido da afirmação de que:

Para los especialistas, la terminología es el reflejo formal de la organización conceptual de una especialidad, y un medio inevitable de expresión y de comunicación profesional. (Cabré, 1993, p.37)

Em síntese, a confluência dessas funções evidencia que a própria unidade lexical terminológica é, simultaneamente tanto elemento constitutivo da produção do saber quanto recurso de expressão lingüística que favorece a univocidade comunicacional.

Ao lado dos aspectos de funcionalidade dos termos no campo da expressão e da comunicação humanas, é importante observar como os estudiosos da Terminologia concebem o seu próprio objeto de análise. Examinemos, então, algumas definições de termo, iniciando por quem estabeleceu os princípios da TGT:

Uma unidade terminológica consiste em uma "palavra" à qual se atribui um conceito como seu significado, ao passo que para a maioria dos lingüistas atuais, a palavra é uma unidade inseparável composta de forma e conteúdo. (Wüster, 1998, p.21)

Ao contrapor posições epistemológicas diferenciadas entre terminólogos e de lingüistas, Wüster destaca o papel do conceito como componente responsável pela atribuição do estatuto de ter-

mo a uma palavra da língua. Com isso, compreende o termo como um signo no sentido saussureano, isto, uma entidade composta da dupla face significante/significado. Embora o objetivo não seja o de detalhar a posição do fundador da TGT¹ sobre o termo, estudos aprofundados registram que, com frequência, Wüster refere-se a *termo*, compreendendo apenas sua parte significante e designando-a como denominação.

Por outro lado, a compreensão de uma unidade da língua como termo está fundamentada no papel da dimensão conceitual do signo lingüístico que responde pelo “conteúdo especializado”. Na mesma linha de pensamento, lê-se que:

O nome é o objeto mesmo da terminologia: com efeito, um nome definível no interior de um sistema coerente, enumerativo e/ou estruturado, é um termo; o conteúdo de sua definição correspondendo a uma noção (conceito), analisável em compreensão. (Rey, 1973, p.22)

Alain Rey também explicita as condições para que uma unidade lexical alcance o estatuto de termo, tanto que diz na seqüência:

No plano nocional, para que um nome tenha direito ao título de termo, é necessário que ele possa, enquanto elemento de um conjunto (“uma terminologia”) ser distinto de qualquer outro. (Rey, 1973, p.40)

Evidentemente, na citação anterior a referência à distinção significativa entre unidades lexicais é concernente ao plano do conteúdo, cujo conjunto forma a terminologia da área.

¹ A respeito do termo em Wüster, leia-se Adelstein, A. (1998) Representación de Unidades Terminológicas: el modelo del término wüsteriano. *Organon*, n.26.

Já para Daniel Gouadec:

Um termo é uma unidade lingüística que designa um conceito, um objeto ou um processo. O termo é a unidade de designação de elementos do universo percebido ou concebido. Ele, raramente, confunde-se com a palavra ortográfica. (Gouadec, 1990, p.3)

O enunciado anterior especifica uma série de características do componente lexical temático, incluindo sua configuração morfo-sintática, destacando-se o ponto de vista de que os termos não se restringem a expressar objetos concretos, mas também conceitos, abstrações e processos, todos elementos dos mecanismos cognitivos de apreensão da realidade e de construção do saber científico e técnico.

Segundo Rondeau, além do aspecto sígnico,

o termo caracteriza-se no sentido de que para uma noção dada, há teoricamente, uma única denominação somente. Esta característica do termo se funda sobre um outro postulado da terminologia: o da relação de univocidade entre denominação (significante) e noção (significado, relação do tipo reflexiva). (Rondeau, 1984, p.19)

Em continuidade à identificação de características do termo, lê-se também que:

As denominações técnicas estão na língua porque são suscetíveis de serem traduzidas em língua estrangeira, mas são denominações de conhecimentos especializados, e é isto que as torna pertinentes terminologicamente. (Lerat, 1995, p.45)

A tentativa de responder à pergunta “O que é um termo?” à luz do conjunto dos textos citados, permite depreender um denominador comum: o estatuto terminológico de uma unidade lexical

define-se por sua dimensão conceptual, sendo, portanto, esta a sua qualificação primeira. Vale dizer, o que faz de um signo lingüístico um termo é o seu conteúdo específico, propriedade que o integra a um determinado campo de especialidade.

O reconhecimento, sem dúvida, incontestável, do componente conceitual na constituição do fenômeno terminológico responde fortemente pelas interpretações de que um termo é uma unidade de conhecimento. A isso subjaz a compreensão de que seu valor como unidade terminológica define-se apenas pelo lugar que ocupa na estrutura conceptual de uma especialidade, desconhecendo-se o papel dos contextos lingüísticos e pragmáticos de suas ocorrências na atribuição do estatuto terminológico a uma unidade lexical.

Simultaneamente, a compreensão de que significante e significado, ou nome e noção, como foi convencionado chamar, são entidades autônomas, provocou o reducionismo do conceito de termo, como componente designativo de noções, favorecendo, em decorrência, a concepção de que os termos são meros rótulos e etiquetas com os quais, conscientemente, denominam-se os resultados das ciências e das técnicas.

No bojo desse pensamento, explica-se a concepção wüsteriana de que a terminologia expressa conceitos e não significados. Ao contrário destes, que são lingüísticos e variáveis, conforme o contexto discursivo e pragmático, os conceitos científicos são estáveis, paradigmáticos e universais. Tal concepção está fundamentada num modelo positivista de ciência que ainda compreende a linguagem das ciências como lugar homogêneo e transparente, dada sua função única de expressar as verdades científicas.

Soma-se a esse pensamento redutor o fato de que, num determinado momento na história das ciências, essas denominações cunham-se de modo diferenciado, instituindo-se sob a forma das nomenclaturas científicas, cuja maior característica é a de se valerem de constituintes gregos e latinos. Esse é o caso especial das ciências taxionômicas como a botânica, a zoologia e a química, entre outras.

Na realidade, esse procedimento é uma tentativa de criar uma linguagem diferenciada, com limites demarcados entre o compo-

nente lexical especializado e aquele utilizado nas comunicações ordinárias, com vistas a evitar a polissemia e as ambigüidades do léxico comum. Decorre daí a equivocada idéia, ainda persistente, de que há uma nítida fronteira entre léxico de especialidade e léxico comum, e de que a terminologia é uma linguagem artificial, muito embora a utilização de nomenclaturas constitua-se num recurso para provocar efeitos de precisão conceitual e assegurar a almejada exclusividade designativa nos diferentes campos de conhecimento. Diante disso, compreende-se que:

Os nomes que resultam da aplicação dessas regras se consideram instrumentos internacionais, ou ao menos, supranacionais de comunicação. (Sager, 1993, p.142)

Por outro lado, o recurso do artificialismo lingüístico, típico das nomenclaturas, justifica a conhecida afirmação de Coseriu (1986) de que as terminologias científicas e técnicas não pertencem à linguagem, posto que sua utilização visa apenas a classificações científicas. Por conseguinte, os termos estão fora da língua como sistemas de significação. Conforme suas próprias palavras:

Para as ciências e as técnicas, as palavras são efetivamente o "substituto" das coisas, isto é, desse ponto de vista, a "significação" coincide com a designação, o que não ocorre na linguagem como tal. (Coseriu, 1986, p.96)

Todos esses aspectos corroboram o ponto de vista adotado pela escola de Viena de que os termos são designações de conhecimentos científicos e, em consequência, são, prioritariamente, compreendidos como unidades de conhecimento. É no bojo dessas concepções que os termos são considerados como monorreferenciais, monossêmicos, caracterizando-se ainda pela exclusividade denominativa. Justifica-se, assim, seu papel para o ideal de univocidade visado pelas comunicações especializadas.

No entanto, muitas vezes, os termos instituem-se como resultado de diferentes mecanismos que corroboram seu estatuto

de unidade lexical especializada. Entre eles, encontra-se a terminologização, processo que sofrem palavras da língua comum, ao passarem pelo fenômeno de ressignificação. Nessa passagem, palavras comuns adquirem significados específicos, pertinentes a determinado campo de saber científico ou técnico, tornando-se, então, elementos integrantes de repertórios terminológicos. Pode-se, portanto, concluir que as duas grandes categorias lexicais – as exclusivas, nas quais as nomenclaturas são exemplares, e as que representam o princípio de economia da língua pela reiteração do componente significante – coexistem e cruzam fronteiras nos universos discursivos dos conhecimentos especializados.

Em contrapartida, as terminologias também sofrem os efeitos da larga difusão do conhecimento, circulando em amplas esferas comunicacionais. Com isso, passam a integrar o léxico geral dos falantes de uma língua, como atesta o crescente número de sentidos terminológicos nos verbetes da lexicografia da língua comum. Tal circulação, entre outros aspectos, dificulta a delimitação entre o léxico geral e os léxicos especializados, contrariando a idéia da existência de uma fronteira rígida no âmbito do universo lexical de um sistema lingüístico. Ao mesmo tempo, uma constatação dessa natureza abala as proposições de que o conjunto das terminologias constitui subcomponentes do léxico geral.

Ainda no âmbito da problemática que envolve as questões dos significantes das unidades terminológicas, observa-se que os termos apresentam uma particularidade no sentido de que a relação significante/significado reflete escolhas designativas motivadas. A idéia de uma consciência denominativa não significa, ao modo wüsteriano, entender que o conceito preexiste à denominação. Neste caso, importa somente registrar que a arbitrariedade do signo, tal como preconizada por Saussure, é tênue nas terminologias. As nomenclaturas científicas são o melhor exemplo no sentido de expressarem essa motivação que, em última instância, corresponde a uma tentativa de fazer com que o “nome” escolhido, ou seja, o termo adotado seja capaz de representar o “ontos” desse objeto, quer seja ele de natureza puramente conceitual, quer referencial.

Essa motivação, referente ao modo de funcionamento do processo denominativo nos campos técnicos e científicos, a rigor, valoriza a dimensão onomasiológica dos termos. É marcadamente em relação aos nomes que melhor aparece esse procedimento denominativo como busca de apreensão do “ontos” do objeto, tal como se percebe em termos médicos como *hematúria* e *cardiopatia*.

Por outro lado, a primazia que assume o componente conceitual na constituição das terminologias explica o direcionamento inicial dos estudos terminológicos que entendem que é tarefa intrínseca à Terminologia ocupar-se, em primeiro plano, dos processos de formação conceitual, muito embora a forma constitutiva dos conceitos seja um objeto inerente ao campo da ontologia.

Posições dessa natureza, típicas do pensamento da TGT, juntamente com a idéia do procedimento de cunhar nomenclaturas, contribuíram para relegar, a um plano secundário os aspectos lingüísticos e pragmáticos que corroboram para a constituição dos termos e explicam seu funcionamento.

Em verdade, os termos revelam sua naturalidade no interior de sistemas lingüísticos de várias formas, sendo uma delas a consonância com os padrões morfossintáticos das línguas que os veiculam, independentemente de serem originais ou corresponderem a estruturas neológicas. Assim também, tal como as outras unidades lexicais dos sistemas lingüísticos, sofrem processos de sinonímia e comportam variações das mais diferentes naturezas.

A constatação dessa realidade justifica o ponto de vista de que:

[...] os termos não formam parte de um sistema independente das palavras, mas que conformam com elas o léxico do falante, mas ao mesmo tempo, pelo fato de serem multidimensionais, podem ser analisados de outras perspectivas e compartilham com outros signos de sistemas não lingüísticos o espaço da comunicação especializada. (Cabré, 1993, p.119)

Do mesmo modo, Claudine Normand considera que o léxico científico,

tomado na comunicação, comporta-se como qualquer outro léxico: difusão, empréstimos, analogias intervêm e são acompanhadas de mudanças de sentido, a sinonímia e a polissemia persistem, ligadas à atividade científica ela mesma; em todos os casos observa-se um trabalho constante de reformulação. (1990, p.177)

Por outro lado, mais do que elementos naturais dos sistemas lingüísticos, a compreensão de que um termo é elemento da linguagem em funcionamento, dada a sua presença, sobretudo, em textos e em discursos especializados, significa compreender também que as unidades lexicais terminológicas estão afetas aos componentes que alicerçam as dimensões semiótica, pragmática e ideológica que presidem os processos comunicacionais.

Em consonância com essa perspectiva, o termo é concebido como

uma unidade lingüístico-comunicativa, resultado de determinada conceptualização por parte de um falante e, simultaneamente, oferta de interpretação para seus eventuais destinatários. (Ciapuscio, 1998, p.43)

Mais adiante os aspectos semióticos e comunicacionais serão enfatizados, antes porém, quero observar que a diversidade de posicionamentos sobre a natureza do termo tende a ampliar-se para além da controvérsia de compreendê-lo como unidade de conhecimento ou como unidade pragmático-lingüística. Isto explica-se, porque avançam e se aprofundam os estudos sobre essa entidade, que não é linear, mas complexa, de dimensão multifacetada, configurando o que a TCT chama de *poliedricidade do termo* (Cabré, 1999). Assim, o termo compreende tanto uma vertente conceitual, expressando conhecimento e fundamentos dos saberes quanto uma vertente lingüística, determinando sua naturalidade e integração aos sistemas lingüísticos, além dos aspectos sociais que se agregam a uma de suas funcionalidades básicas: a de favorecer a transferência do conhecimento. Em sín-

tese, o termo é reflexo direto dos ângulos constitutivos da Terminologia.

Para concluir esta primeira parte, é importante registrar que as comunicações especializadas não estão isentas das marcas sócio-históricas que afetam a construção do conhecimento. Nesta perspectiva, inscreve-se a proposição de Rita Temmerman, apresentada como uma teoria sócio-cognitiva da Terminologia (1997), segundo a qual, o termo é uma "unidade de compreensão". Tal conceituação, que expressa, entre outros aspectos, um modelo sociocultural de apreensão das terminologias e inscreve o termo como capaz de sofrer os efeitos dos processos polissêmicos, constitutivos de qualquer outro item lexical, auxilia a reforçar aquilo que os estudos da enunciação e do discurso há muito desvelaram, ou seja, a neutralidade do discurso científico é somente uma ilusão decorrente do uso de certos recursos lingüísticos que provocam efeitos de objetividade.

Em realidade, assiste-se, hoje, à construção de um amplo cenário de novas e promissoras perspectivas para o estudo dos termos, em muito favorecido pelo desenvolvimento das teorias de texto e de discurso, que, ultrapassando os limites da frase, têm maior poder explicativo para dar conta da complexidade que envolve as unidades lexicais especializadas.

Configurações

Esta segunda parte, denominada de configurações, é, de certo modo, complementar à primeira. Entre outros aspectos, está relacionada a um dos pressupostos básicos desta exposição, qual seja, a importância de que sejam descritas as distintas configurações que as terminologias assumem em diferentes contextos discursivos especializados, de modo a fazer avançar o conhecimento sobre essas unidades lexicais. As possibilidades de avanço encontram um momento propício, pois estamos assistindo à passagem de um paradigma prescritivo para um descritivo na teoria da Terminologia.

Com efeito, o novo quadro teórico que se consubstancia, ao valorizar a dimensão lingüístico-pragmática das terminologias,

abre novas perspectivas analíticas para os léxicos temáticos. Com esse novo enfoque epistemológico, os contextos de ocorrência dos termos e as situações de comunicação assumem papel preponderante na determinação das terminologias. Assim também o reconhecimento das diferentes configurações terminológicas está relacionado à identificação das especificidades dos universos de discurso em que os termos se manifestam.

Nessa perspectiva, o estatuto terminológico de uma unidade lexical define-se e justifica-se, levando-se em conta elementos constitutivos dos textos especializados, ganhando relevância, por exemplo, a dimensão semiótica, vale dizer, aquela referente às formas de constituição e articulação discursiva dos domínios do conhecimento. Trata-se aqui de compreender a semiótica na perspectiva da teoria francesa, elaborada por A. J. Greimas (1970) e seus colaboradores que a definem como uma teoria geral da significação e, desta forma, voltada à descrição das condições de produção e de apreensão de todo e qualquer texto. Na busca do engendramento da significação, metodologicamente, a teoria descreve as formas narrativas e discursivas de articulação textual.

Desse ponto de vista, elementos textuais e discursivos corroboram a determinação das unidades terminológicas, assim como o componente pragmático das comunicações especializadas explica, muitas vezes, o modo de funcionamento das terminologias, dando conta conseqüentemente de suas configurações. Orientado por esses princípios, este segundo recorte busca explicitar elementos, de natureza textual e discursiva, que contribuem para o reconhecimento de configurações terminológicas sob o prisma, quer da relação especificidades da área/identidade do termo, quer dos cenários comunicativos.

Por tudo isso, a idéia de configurações não corresponde à de uma simples tipologia morfossintática estabelecida *a priori*, à margem dos propósitos comunicacionais e da articulação da significação textual. Nessa ótica, uma unidade lexical pode assumir o valor de termo, instituir-se como tal, em razão dos fundamentos, princípios e propósitos de uma área, e não apenas pela posição que ocupa no sistema cognitivo, conforme adiante será exemplificado.

Antes, porém, é necessário esclarecer que uma descrição detalhada das configurações terminológicas precisa também levar

em consideração a grande diversidade de elementos constitutivos do termo. Para cobrir essa diversidade, além dos aspectos textuais e pragmáticos há pouco mencionados, é preciso relacionar componentes de natureza morfológica, sintática e semântica, apesar de sabermos que uma tal identificação não é, por ela mesma, suficientemente capaz de oferecer subsídios para dar conta das peculiaridades constitutivas dos termos, dado o papel da textualidade nesse processo.

Sem intenção da exaustividade, vou apresentar as configurações terminológicas sob essas duas óticas complementares: a do sistema e a da linguagem. Na primeira situação, um quadro, apresentado a seguir, busca sistematizar as principais características da unidade lexical terminológica sob o prisma de constituintes sistêmicos relativos à morfossintaxe das terminologias. São configurações teoricamente comuns a toda e qualquer área, como se pode observar:

TERMO: configurações morfossintáticas prototípicas

Nomes

Sintagmas terminológicos

Outras configurações sígnicas exemplificadas:

- siglas (ONU)
- acrônimos (TERMISUL)
- abreviaturas (set./setembro)
- fórmulas - H₂O

Como se constata, este quadro está estruturado com base na dimensão lingüística dos termos, referindo dados que correspondem ao que se pode chamar de uma vertente formal, tendo em vista que são aspectos morfológicos e sintáticos que se sistematizam.

De um ponto de vista das categorias gramaticais, a unidade lexical especializada é sobremaneira nominal. Nas descrições já conhecidas, predominam substantivos e raros são os adjetivos e verbos, embora estes também possam ser unidades terminológicas.

Ao mesmo tempo, coexistem nos textos especializados, unidades lexicais simples e complexas. Entretanto, há vários estudos que comprovam a prevalência das terminologias instituídas ao modo de sintagmas, num percentual que se situa em torno de 70% das ocorrências terminológicas.

Nesse sentido, podemos lembrar com Gouadec (1990) que os termos raramente confundem-se com a palavra ortográfica. Uma tal constituição é, sem dúvida, um dos problemas maiores de identificação das unidades terminológicas, sendo necessário examinar o grau de coesão interna dos componentes que integram a face sintagmática das unidades complexas, bem como seus limites, diferenças e identidades com as fraseologias.

Além disso, os termos, de um ponto de vista formal, apresentam outras configurações sógnicas, tais como: siglas, acrônimos, abreviaturas e fórmulas. Pode-se também lembrar de formas abreviadas, apesar de que esse tipo de configuração encontra sua justificativa maior ao ser examinado o comportamento dos termos nos processos comunicacionais, como é o caso do uso de *Convenção de Viena*, ao invés da denominação completa *Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio*.

Cabe também registrar que a caracterização das terminologias, de um ponto de vista da formal, compreende fórmulas. Em verdade, o termo não se configura apenas como unidade verbal, mas como unidade sógnica mais ampla. Por isso, no quadro dos fundamentos da TGT, Wüster refere, no item que denomina de Semiótica, que:

A extensão do conceito de termo aos signos de todo tipo requer uma ampliação análoga por parte da lingüística. (1988, p.100)

Toda descrição formal mais detalhada da tipologia terminológica geral, necessitaria considerar ainda outros elementos, em que estariam incluídos:

- os tipos de constituintes, observando-se sua origem (por exemplo, grego, latim);
- tipos de processos de formação de termos, examinando-se mecanismos como derivação, justaposição, etc.;
- natureza dos termos do ponto de vista de sua inserção na língua, como neologismos e empréstimos.

Até agora, observamos aspectos morfossintáticos dos termos, os quais configuram tipologias prototípicas das terminologias em geral, não se caracterizando nenhuma tipologia particular a determinada área de saber técnico e/ou científico. Por outro lado, esse quadro genérico evidencia que os termos não apresentam peculiaridades constitutivas que se contrapõem às do léxico comum. Pode-se, portanto, dizer que, se há um paradigma terminológico formal, ele não difere daquele que configura o léxico geral da língua, à exceção do caráter não verbal das fórmulas.

Uma tal constatação está também comprovada no contraponto entre as expressões e locuções gerais da língua e os sintagmas terminológicos, conforme estudo detalhado sobre as áreas de Geociências, Medicina e Direito Ambiental (Borges, 1999). Conforme observado, as tipologias predominantes se inscrevem na coexistência de N+ADJ (nome mais adjetivo) e N+PREP+N (nome mais preposição mais nome). O primeiro caso ocorreu em mais de 70% dos sintagmas analisados, e o segundo alcançou um percentual entre 15 e 20% nas mesmas áreas. Com isso, o referido trabalho também permitiu constatar que esses tipos de formação são também próprios das locuções da língua comum. Análises dessa natureza autorizam, portanto, a marcar o ponto de vista de que a limitação analítica de problemas terminológicos a uma perspectiva formal não é suficiente para dar conta da constituição e comportamento das unidades lexicais terminológicas, sobretudo, as polilexemáticas.

Diante disso, percebe-se que a Terminologia, pretendendo avançar em seu projeto teórico e aplicado, tem uma agenda de itens sobre os quais lhe cabe aprofundar as reflexões para auxiliar a consolidar os novos princípios teóricos que, ao privilegiarem a dimensão textual e discursiva das linguagens especializa-

das, explicam a constituição e o funcionamento dos termos. Reitera-se, dessa forma, que certos problemas de identificação dos termos não podem se restringir aos limites da frase, nem a um recorte paradigmático, mas se explicam à luz dos fenômenos da textualidade e da discursividade e, nesse sentido, dentro de um processo pragmático de comunicação.

Com base nesses princípios, no lugar de um quadro de tipologias terminológicas recorrentes na pluridiversidade de áreas do conhecimento científico e técnico, a proposição agora é ilustrar, com exemplos concretos, alguns resultados de análises terminológicas, fundamentadas no princípio do exame do termo sob o ângulo textual, compreendido como o suporte, onde estão articulados os propósitos que presidem as diferentes situações comunicacionais. Dessa forma, objetivo evidenciar o papel das categorias da textualidade e da discursividade no reconhecimento do estatuto e do funcionamento das unidades lingüísticas especializadas.

Junto a isso, cabe-me reiterar um princípio teórico-metodológico norteador da identificação e seleção dos repertórios terminológicos. Tradicionalmente tais procedimentos costumam orientar-se a partir de uma árvore de domínio. Entretanto, este é um recurso importante, mas não suficiente, porque a noção de domínio vincula-se à de uma estrutura conceptual, limitadamente temática. (Krieger, 1998). Em consequência, observam-se as unidades lexicais especializadas num lugar estático, paradigmático, alijadas das contextualizações discursivas.

Contrariamente, se examinamos a existência de terminologias em textos das diferentes áreas, observando ainda suas formas particulares de instituírem-se como significação e, nessa medida, como universos de discurso, com propósitos e linguagem própria, ampliam-se as possibilidades de detectar o valor terminológico de uma unidade lexical. O reconhecimento de todas essas particularidades torna-se, por sua vez, um princípio metodológico fundamental para o exame do processo de engendramento das terminologias as quais, em última instância, instauram-se pela sua relação com a natureza da área.

Este ponto de vista pode ser melhor exemplificado, tomando-se como exemplo o Direito Ambiental. Trata-se de uma área com-

plexa, interdisciplinar, conceitualmente difusa, que reúne aspectos que dificultam a identificação de sua terminologia. Não obstante, sua terminologia pôde ser equacionada com critérios definidos,² quando o Direito Ambiental deixou de ser concebido como domínio de conhecimento, mas como um universo de discurso e, ou seja, como um lugar com regras e formas de próprias de instituir-se para, enquanto ordenação jurídica, cumprir sua finalidade na vida social. Tal perspectiva que levou em consideração a natureza deôntica do Direito e conseqüentemente, as estruturas de poder do discurso jurídico, permitiu a organização de um repertório terminológico de meio ambiente com o devido caráter jurídico. Em razão disso, esse repertório diferencia-se de outras terminologias ambientais organizadas fora do contexto das leis.

É também exemplo desse ponto de vista, a razão pela qual um termo como soberania integra a terminologia do Direito Ambiental Internacional, tal como pode-se compreender que um verbo assumia valor terminológico, se inserido num manual, cujo fim último é instrumentar alguém a operar com determinado instrumento tecnológico. Em síntese, a consideração pela natureza da área e pelos seus propósitos maiores consiste numa forma de reconhecer o papel que determinadas unidades lexicais desempenham nos textos especializados.

Paralelamente, pode-se mencionar a problemática, enfrentada com freqüência pela Terminografia: de compreender como termos, nomes próprios que circulam nas comunicações especializadas. Essa particularidade tem aparecido na constituição de determinados inventários terminológicos, como é o caso do Direito Ambiental Internacional. Nessa área, os nomes de convenções, tratados, conferências internacionais, tal como *Convenção para a Proteção da Camada de Ozônio*. (Krieger et alii, 1998, p.117) adquirem estatuto de termo em razão de seu valor referencial no conjunto dos elementos constitutivos do universo da lei ambiental.

² A situação mencionada refere-se à elaboração do Dicionário de Direito Ambiental: terminologia das leis do meio ambiente (Krieger; Maciel; Rocha; Finatto; Bevilacqua, UFRGS, MPF, 1998).

Compartilha dessas mesmas características um termo como Conselho Nacional do Meio Ambiente (Krieger et alii, 1998, p.110).

Há também outras áreas que comportam nomes próprios como termos. Por exemplo, integram as comunicações especializadas de Economia no Brasil, unidades como Banco Central e Comissão Econômica para a América Latina, conforme registra Alves (1998, 37, p.61)

A compreensão de que nomes próprios são termos está também fundamentada num princípio básico de constituição de repertórios terminológicos, qual seja, a constatação do papel referencial que um nome adquire em razão de sua integração às comunicações especializadas da área.

Embora um dicionário terminológico não se confunda com um dicionário de língua, é interessante registrar que o nome próprio, cuja característica semântica é a de ser um elemento lexical que designa, mas não significa, perturba consideravelmente a descrição lexicográfica normal (Rey, 1977, p.73).

Sager também reitera que o nome próprio pode ser descrito, mas não definido, afirmando:

Parece que nas linguagens especializadas existe uma necessidade particular de combinar os valores individualizados dos nomes próprios com a função classificadora dos nomes comuns. Existem produtos industriais que só podem descrever-se como nomes de classes. (1993, p.108)

Sager ilustra seu pensamento com nomes de modelos de carros, como Volkswagen Passat, entre outros. A relação por ele identificada, aliada à compreensão de um processo denominativo particular, tem sua pertinência no campo terminológico e merece um estudo cuidadoso, sobretudo porque os casos de nomes próprios costumam referenciar instituições, instâncias jurídicas ou executivas, mas não pessoas físicas. Isto ocorre mesmo nas áreas que cunham termos em virtude do autor das descobertas científicas, situação em que a Medicina é exemplar, ao identificar denominar doenças como *mal de Alzheimer* ou *doença de Chagas*.

O aprofundamento dessa discussão foge ao escopo desta exposição, que se limita a observar que o tratamento de nomes próprios de um ponto de vista terminográfico pode ser solucionado com base na adoção de alguns princípios que justificam a inclusão dessa categoria de termos em determinados repertórios terminológicos. De toda forma, a problemática do nome próprio, tratada não sob o viés da filosofia da linguagem, mas sob a perspectiva comunicacional, conjugada à conceitual, ilustra que a Terminologia está reescrevendo seus princípios teóricos e metodológicos.

Com efeito, este campo de estudos está abrindo uma vertente produtiva para o estabelecimento de fundamentos descritivos e explicativos sobre as formas de engendramento do componente lexical temático das línguas, privilegiando ainda a efetiva dimensão comunicacional dos textos especializados.

Na mesma direção da importância para o avanço da Terminologia dos aspectos descritivos do funcionamento da linguagem, quero agora salientar algumas análises, realizadas no Brasil e na Argentina, voltadas ao comportamento de sintagmas terminológicos, como o trabalho *Variación terminológica y correferencialidad textual*, no qual é focalizada a problemática da redução de termos polilexemáticos numa perspectiva variacionista. (Kuguel, 1998)

À luz das relações de co-referencialidade textual, a autora analisa o comportamento do sintagma terminológico *petroleo crudo* num conjunto de textos da área do meio ambiente, que apresentam diferentes graus de especialização. Os resultados da análise demonstram que o emprego da forma reduzida *petroleo* não pode ser explicado somente nos estreitos limites do texto, mas justifica-se no interior de um processo comunicacional.

Em decorrência, é postulada a necessidade de considerar fatores comunicativos para a análise da variação denominativa de unidades terminológicas, como a situação e o nível de conhecimento especializados dos interlocutores. Além disso, Kuguel sugere que a referida dimensão pragmática deve ser compreendida como um componente metodológico do processo de identificação de candidatos a termo, etapa essencial a todo e qualquer instrumento terminológico.

Embora com princípios um pouco distintos do anterior, pois o enfoque maior não foi o processo comunicativo genérico, mas a categorização semântica e sua relação com a ambiência textual, há uma outra pesquisa sobre critérios de identificação de sintagmas terminológicos em Geociências, que merece ser citada. O estudo, que avança no contraponto dessa identificação com a Medicina e o Direito Ambiental, demonstra que a estrutura morfossintática não é suficiente para identificar a natureza e a configuração que assumem os sintagmas nas diferentes áreas estudadas, salientando, para tal fim, a relevância da identificação de categorias semânticas. O conteúdo dessas categorias revelou sua correlação com os propósitos e modos de articulação das áreas estudadas, explicando ainda a conformação dos sintagmas terminológicos presentes nesses universos de discurso. (Borges, 1998).

Com efeito, há uma série de estudos e trabalhos³ que estão demonstrando o papel da textualidade e dos componentes pragmáticos do processo comunicacional na compreensão de fenômenos complexos como a variação denominativa, a variação conceitual, a constituição e o comportamento de sintagmas terminológicos⁴ e das fraseologias.⁵

Além disso, a consideração dos componentes de natureza textual e pragmática abre perspectivas para a descrição e explicação de outros objetos que integram o universo das comunicações temáticas, por exemplo, o comportamento da definição terminológica⁶ e a compreensão do fenômeno de variação conceitual.⁷ Os aspectos envolvidos na variação conceitual identificam e explicam, em muito, a constituição das comunicações especializadas e as que divulgam as descobertas das ciências e das tecnologias para um público não especializado.

³ O número 26 da Revista *Organon* reúne a mencionada série de trabalhos realizados por componentes do Grupo TERMTEX, da Argentina, e TERMISUL, do Brasil.

⁴ Leia-se a respeito FINATTO, M.J., 1998.

⁵ Leia-se a respeito BEVILACQUA, C.R., 1998.

⁶ Leia-se a respeito FINATTO, M.J., 1998.

⁷ Leia-se a respeito CIAPUSCIO, G., 1998.

Todos esses componentes também auxiliam no reconhecimento da determinação da pertinência à área de determinadas unidades lexicais especializadas, bem como contribuem fortemente para a identificação informatizada das terminologias.⁸ São, portanto, pesquisas dessa natureza que estão permitindo identificar determinadas configurações que os termos assumem no interior das diferentes áreas de especialidade.

Com efeito, são estudos que se diferenciam dos tradicionais por valorizarem o componente lingüístico da constituição das terminologias, conjugado aos mecanismos da linguagem em funcionamento. Evidenciam, dessa forma, o poder explicativo das teorias de texto e de discurso e o papel preponderante da dimensão comunicativa para a compreensão da natureza, do estatuto e do funcionamento das terminologias.

Por tudo isso, as configurações que os termos assumem não são aqui compreendidas como meras tipologias, mas como um modo de instituir-se terminologicamente. Para tanto, o exame da constituição morfossintática das unidades lexicais revela-se insuficiente, adquirindo papel relevante a consideração dos componentes textuais e pragmáticos que corroboram a articulação das comunicações especializadas.

Breves considerações finais

Concluo esta exposição com brevíssimas considerações, destacando, inicialmente, que questionamentos a respeito do termo vinculam-se a diferentes posições epistemológicas, mas também ao fato de que o termo é uma entidade complexa, multifacetada, o que permite várias aproximações. De toda forma, é unânime e indiscutível o posicionamento de que uma unidade lexical define seu estatuto terminológico em razão de sua vinculação a um campo conceitual. Sob esse ângulo, perdura o caráter onomasiológico no âmago do fenômeno terminológico.

Entretanto, tal como aqui se postula, compete à Terminologia de fundamento descritivo ampliar os princípios de identificação

⁸ Leia-se a respeito MACIEL, A.M.B., 1998.

das terminologias. Em realidade, a significação especializada dessas unidades lexicais pode ser apreendida, diferentemente da clássica abordagem paradigmática, restritiva e independente das ocorrências concretas dos termos, mas redimensionando os parâmetros de análise, tal como considerar a articulação semiótica que engendra as formas de produção do conhecimento especializado, bem como os fundamentos e propósitos específicos das diferentes áreas do saber científico, técnico e tecnológico. Todos esses novos aportes, com seus subsídios teóricos e suas aplicações, estão promovendo uma fundamentada compreensão sobre os léxicos temáticos, quer em sua configuração genérica, quer no que diz respeito às especificidades próprias de cada área especializada.

Em decorrência, consubstancia-se a produtividade de uma nova perspectiva teórica na Terminologia que privilegia os fatores da textualidade e da discursividade e concebe o termo como uma unidade lingüístico-pragmática que integra os processos de comunicação humana. Em razão disso, os termos estão também sujeitos a todos os fenômenos que afetam o comportamento das unidades lexicais no âmbito dos processos intersubjetivos de comunicação, atestando que são elementos naturais das línguas naturais. Em verdade, o termo distingue-se das outras unidades léxicas apenas por uma peculiaridade inegável: a de veicular conteúdos no campo das ciências, das técnicas e das tecnologias.

Por outro lado, buscar novos parâmetros explicativos para a apreensão do engendramento das terminologias, intentando identificar as configurações que assumem nos distintos universos de discurso para examiná-las comparativamente, é uma forma de favorecer as atividades de Terminografia, mas, sobretudo, de demonstrar o alcance teórico-metodológico da Terminologia, alicerçado, hoje, em novas bases epistemológicas.

Referências bibliográficas

- ADELSTEIN, A. (1998) Representación de unidades terminológicas: el modelo de término wüsteriano. *Organon*, v.12, n. 26, p.67-90.
- ALVES, I.M. (1998) *Glossário de termos neológicos da economia*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP.

- BENVENISTE, E. (1989) *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, Pontes.
- BEVILACQUA, C.R. (1998) Unidades fraseológicas especializadas: novas perspectivas para sua identificação e tratamento. *Organon*, v.12, n. 26, p.119-132.
- BORGES, M.F. (1998) *Identificação de sintagmas terminológicos em Geociências*. Porto Alegre, UFRGS. (mimeo)
- CABRÉ, M.T. (1993) *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona, Antártida/Empúries.
- _____.(1999) *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona, IULA – Pompeu Fabra.
- CABRÉ, M.T. et alii (1998) *La terminología hoy: Replanteamiento o Diversificación*. *Organon*, v.12, n. 26, p.33-41.
- CIAPUSCIO, G.E. (1998) *La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación*. *Organon*, v.12, n. 26, p.43-65.
- COSERIU, E. (1986) *Principios de semántica estructural*. Madrid, Gredos.
- FERREIRA, A.B.H. (1986) *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2.ed. Ver.aum.
- FINATTO, M.J. (1998) Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica: questões de partida. *Organon*, v.12, n. 26, p.133-146.
- GOUADEC, D. (1990) *Terminologie: constitution des données*. Paris, AFNOR.
- GREIMAS, A.J. (1970) *Du sens I*. Paris, Seuil.
- KRIEGER, M.G. (1998) Terminologia em contextos de integração: funcionalidade e fundamentos. *Organon*, v.12, n. 26, p.19-32.
- KUGUEL, I. (1998). *Variación terminológica y correferencialidad textual*. *Organon*, v.12, n. 26, p.91-108.
- LERAT, P. (1995) *Les langues spécialisées*. Paris, PUF.
- MACIEL, A.M.B (1998) Terminografia jurídica para o Mercosul e recursos informatizados. *Organon*, v.12, n. 26, p.147-162.
- _____; ROCHA, J.C.; FINATTO, M.J.; BEVILÁQUA, C.R. (1998) *Dicionário de direito ambiental (terminologia das leis do meio ambiente)*. UFRGS, MPF.
- NORMAND, C. (1990) In: ____ (org.). *La quadrature du sens*. Paris, PUF.
- REY, A. (1977) *Le lexique: images et modèles, du dictionnaire à la lexicologie*. Paris, Colin.
- RONDEAU, G. (1984) *Introduction à la terminologie*. Québec, Gaëtan Morin.

- SAGER, J.C. (1993) *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- TEMMERMAN, R. (1997) Questioning the univocity ideal. The difference between sociocognitive Terminology and tradicional Terminology. *Hermes Journal of Linguistics*, 18, p.51-91.
- WÚSTER, E. (1998) *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.